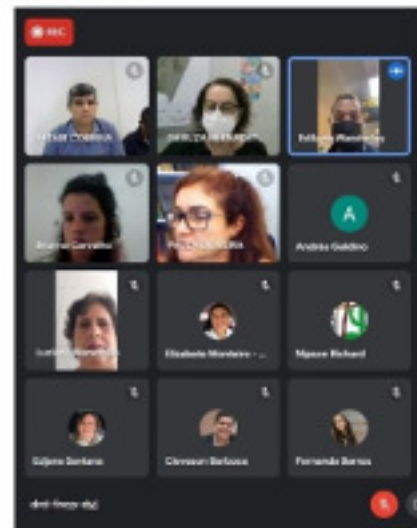
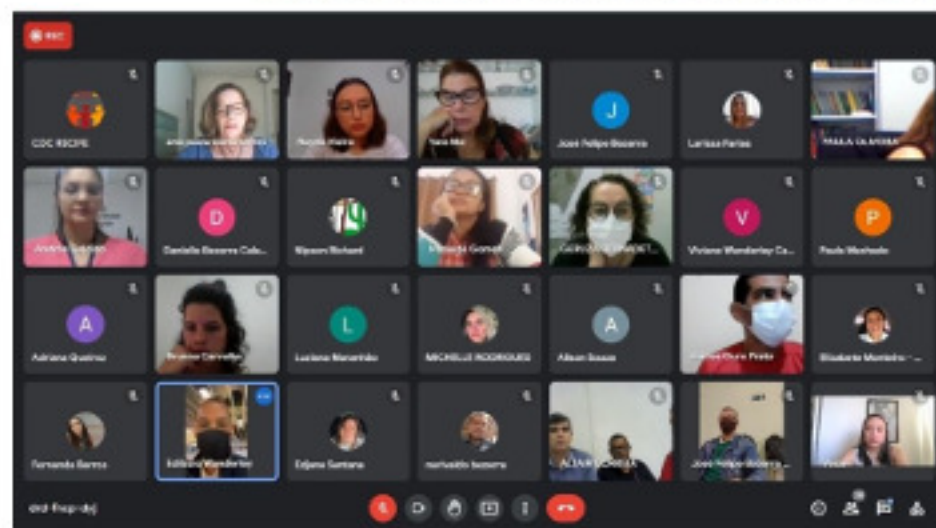


BOLETIM CEAS

JUNHO 2022

Extraordinárias CEASIPE

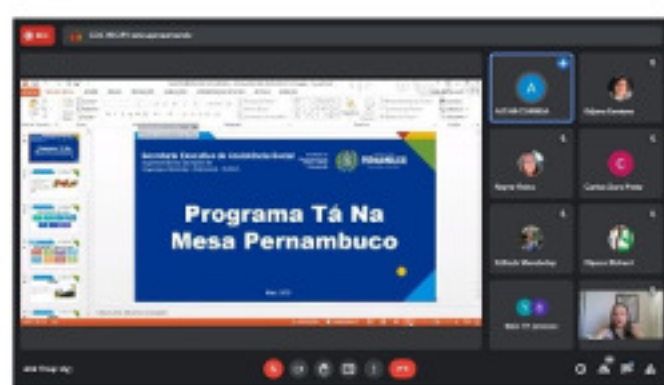
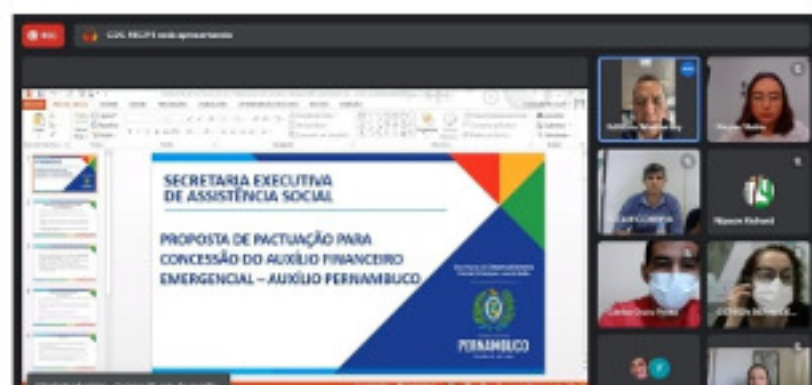


Em caráter extraordinário, o Conselho Estadual de Assistência Social se reuniu, dia 8, para discutir e deliberar sobre três pautas: Resolução CIB nº 17 de 12 de maio de 2022 – Cozinhas Comunitárias; Auxílio Pernambuco e Expansão do Benefício Eventual aos municípios com decreto de estado de emergência devido às fortes chuvas.

De acordo com o Regimento Interno do CEAS|PE, que institui que cada Assembleia Extraordinária deve limitar a 1 o número de pauta, conselheiras e conselheiros, entendendo a importância dos temas, dois relacionados as consequências das fortes chuvas no Estado para a população, optaram pela realização de três sessões seguidas, 5ª, 6ª e 7ª. Em dois momentos – sobre Auxílio Pernambuco e Benefício Eventual – a Comissão Intergestores Bipartides – CIB|PE esteve simultaneamente reunida para discutir e deliberar.

Nos três pontos, o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Edilázio Wanderley, com apoio da equipe SEASS, apresentou as propostas e respondeu as questões do Pleno, entre elas critérios para divisão dos R\$ 124.700 milhões destinados a Lei para os municípios que declararam Situação de Emergência, Auxílio Emergencial – Auxílio Pernambuco. Somado a questão do teto para cada família, que será de R\$ 1.500.

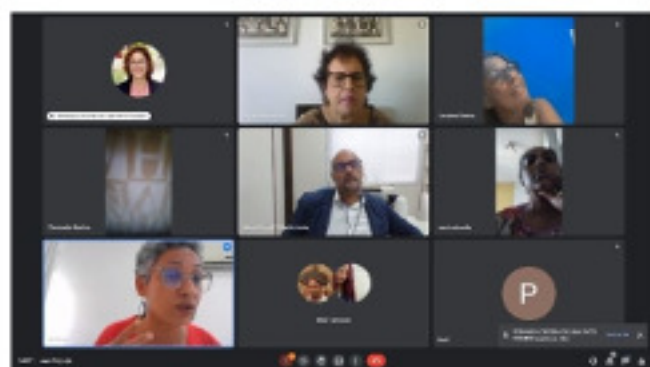
Extraordinárias



Sobre a divisão, Wanderley explicou a partir número de municípios, será observado o número de famílias cadastradas no Cadastro Único de Assistência Social em cada cidade para se chegar ao teto de cada local.

Sobre a expansão do Cofinanciamento do Benefício Eventual aos municípios com decreto de estado de emergência devido às fortes chuvas, o secretário explicou que os municípios de Limoeiro, Bom Jardim, Passira, João Alfredo e São Vicente Férrer, na Mata Agreste Setentrional, entraram a lista de prioridades do Gabinete de Crise do Governo, enfrentando cenários semelhantes aos das matas Sul e Norte, e Região Metropolitana. O valor de R\$ 144 milhões é somado ao montante de R\$ 2.064 milhões aprovados na última Ordinária do CEAS|PE, destinados a 57 municípios. Com questões esclarecidas, o pleno votou pela aprovação dos três pontos.

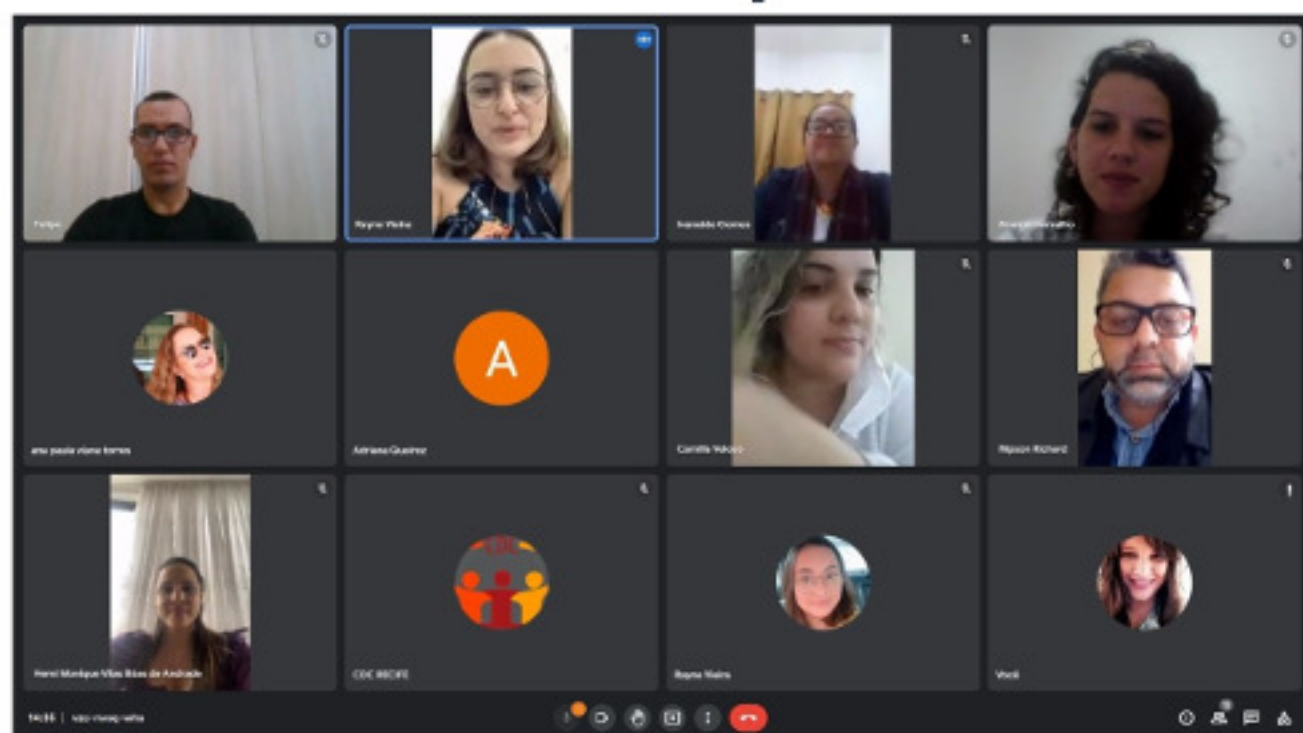
Fórum I Ministério Público



A proposta da formação de um Fórum Interconselheiro(a)s foi discutida por representantes da sociedade civil em conselhos de direitos do Estado e o Ministério Público no encontro, dia 2. O encontro foi promovido por Westei Conde y Martin Júnior, promotor de Justiça de Defesa da Cidadania. Foi um momento para troca de informações ressaltando da comunicação entre os colegiados. Como encaminhamento, no próximo encontro a pauta será a discussão de propostas levadas pelo grupo.

A conselheira, representante da sociedade civil Luziana Maranhão, representou o CEAS/PE, repassando todas as informações nos informes do Pleno.

Comissão de acompanhamento



A Comissão de Acompanhamento aos CMAS CEAS|PE se reuniu, de forma virtual, dia 6, para discutir estratégias para orientar Conselho Municipais de Assistência Social sobre exigências quanto aos CMAS no Cadastro Único da Assistência Social – CadSUAS. Questões relativas ao pleno funcionamento dos CMAS, como paridade (sociedade civil e governo), preocupam conselheiro(a)s e equipe técnica já que, como previsto no art. 30 da LOAS, são condicionantes para o repasse de recursos federais da Assistência Social aos entes federativos a efetiva instituição e funcionamento do Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social.

Pela Portaria, municípios que não cumpriram exigências quando a Plano Municipal podem sofrer com suspensão de repasse de recursos, o que já aconteceu no Estado.

Como ação imediata, o grupo definiu a realização de encontros regionais com representantes dos CMAS para não só chamar atenção sobre a possibilidade de perda de recursos, como abrir espaço para o esclarecimento de dúvidas relacionadas a questões práticas no momento do preenchimento do formulário do CadSUAS – que por vezes, no monitoramento da equipe, é um problema imediato que pode ser sanado de forma rápida.

Encontro PETI

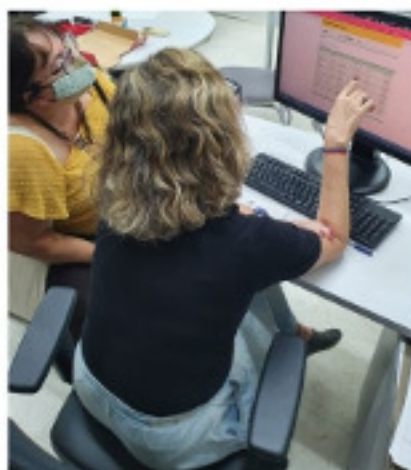


Em referência ao Mês de Enfrentamento ao Trabalho infantil, o Encontro Estadual do PETI em Pernambuco: Proteção social para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, dia 22, de forma virtual.

A ação, que objetiva discutir a temática com profissionais do Sistema Único de Assistência Social e da Rede de Proteção, é realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), através de sua Executiva de Assistência Social (SEASS) e das equipes que atuam na área.

Integrando a mesa de abertura do evento, a conselheira Ivaneide Gomes reforçou a importância do trabalho em rede para erradicação do trabalho infantil. “São muitas crianças afetadas em nosso Estado. Entre os desafios está a vulnerabilidade social e econômica das famílias, que inclusive resistem as abordagens”, destacou Ivaneide, que no CEAS|PE representa a Entidade Ação Social Esperança e Vida – ASEVI, que desenvolve trabalho específico neste âmbito.

CMAS



Orientações para preenchimento das informações do Conselho Municipal de Taquaritinga do Norte no Cadastro Único de Assistência Social e solicitação do suporte técnico para adequação da Lei de Criação do Conselho de Assistência Social do Município foram os pontos da pauta da visita, dia 29, de Eliane Valença, representante do CMAS, ao CEAS|PE.

CONGEMAS



“O Futuro de Assistência Social no Brasil: compromissos dos Governos na Superação da Fome e das Desproteções Sociais”! foi o tema dos três dias, de 8 a 10, do XXII Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, em Foz do Iguaçu.

Na abertura do evento, Márcia Lopes fez uma “Balanço do SUAS no Brasil a luz do II Plano Decenal da Assistência Social: impactos, crise, fome de desigualdades sociais”. Entre os nomes presentes na mesa, Denise Colin (MP/PR – PUC – PR), Jucimere Silveira (PUC-PR), o presidente do CONGEMAS, Elias Gomes, e a presidente do FONACEAS, Larissa Marsolik.

Edjane Santana e Shirley Samico, conselheiras CEAS|PE, participaram do evento, que objetiva o aprimoramento e o fortalecimento da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Entre os temas do segundo dia de programação, “Desfinanciamento, subfinanciamento e os impactos da Emenda Constitucional nº 95/16” e “Emergências, calamidades e catástrofe: o lugar da Assistência Social”.

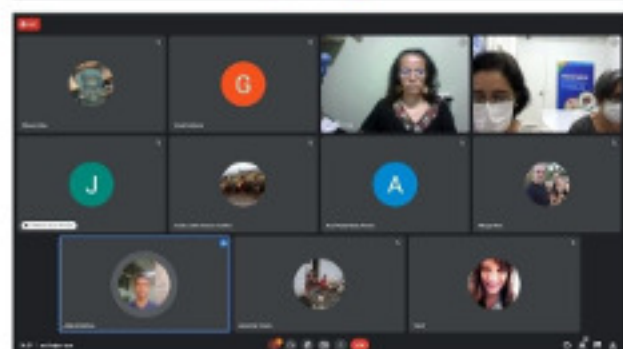
Shirley Samico, conselheira CES|PE, comandou a oficina “Vigilância socioassistencial e intersetorialidade” no segundo dia de evento, e integrou a mesa da Conferência de Encerramento que, com foco na defesa do SUAS, contou também com Aldaíza Sposati.

A mesa redonda “Os Desafios para a Política de Assistência Social com a participação da Sociedade Civil” foi um dos pontos da Reunião Trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF).

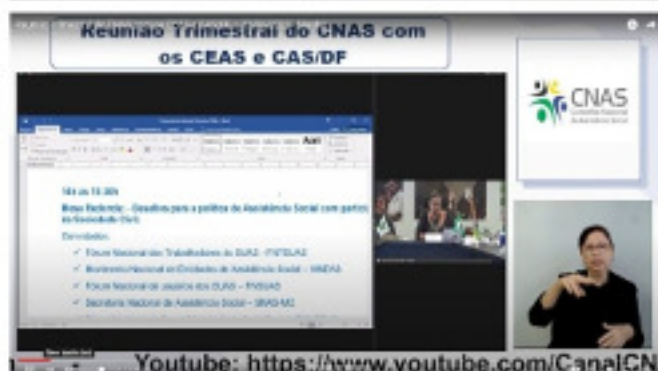
A Reunião foi conduzida por Magareth Alves (Sociedade Civil) e Solange Teixeira (Governo), eleitas presidente e vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social em Assembleia realizada no dia anterior a Trimestral, 21.

Na fala de abertura, representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social, Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social.

Comitê POP RUA



Descentralizada CNAS



O monitoramento das ações dos governos do Estado e municípios foi o tema da Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua, realizada dia 22, de forma virtual.

Jailson dos Santos, presidente do Comitê, e conselheiro CEAS|PE, conduziu o Encontro, enfatizando questões como a importância da busca ativa e divulgação dos espaços.

Como estratégia para enfrentamento a calamidades no Estado no processo de educação permanente, o webnário “As situações emergenciais e calamidades públicas socioambientais” foi um dos pontos de pauta da 24ª do Núcleo Estadual de Educação Permanente – NEEP. Em ambiente virtual, o encontro aconteceu dia 15, com condução de Raquel Fernandes, coordenadora do CapacitaSUAS.

As devolutivas dos cursos sobre “O direito à convivência familiar” e “O SUAS e os novos desafios da gestão do trabalho” foram apresentadas e incorporadas. Entre o(a)s participantes, Luziana Mranhão (CEAS), Ana Roberta (GGSS/SEASS) e Clodoaldo Marques (FETSUAS).

A oferta de curso sobre Controle Social no SUAS, por meio do CapacitaSUAS, para conselheiro(a)s CEAS|PE é uma demanda apresentada em Assembleia. Com objetivo de coletar informações para nortear a formatação das aulas seguindo o perfil do(a)s participantes, Ana Paula Viana Torres, da equipe CEAS|PE, conversou com a coordenadora CapacitaSUAS, Raquel Fernandes e Cláudia Amorim, que facilitará a formação com apoio de Virgínia Airola e Priscila Marinho.

Ana ressaltou a importância de momento ao desmembramento das funções dentro de um conselho de direito, incluindo questões práticas, como papel do(a) conselheiro(a), paridade, conhecimento do Regimento Interno e atribuições da secretaria-executiva.

